

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A.C SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
CURSO FARMÁCIA

IDALINA VITÓRIA DA SILVA

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO
USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL**

Maceió - AL
2025

Idalina Vitória da Silva

**ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO
USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Farmácia da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título
de bacharelado em Farmácia.

Orientador: Prof. Dr. Maria Aline Barros
Fidelis de Moura

Maceió - AL
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
FARMACÊUTICAS CURSO DE FARMÁCIA
Campus A.C. Simões, Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos
Martins CEP:57072-900 Maceió – AL
Coordenação do curso de Farmácia
Telefone: (82) 3214.1170; e-mail: tcicfcoordenacao@gmail.com



AUTORIZAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO/CAPÍTULO DE LIVRO COMO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Autorizo o uso do artigo científico/capítulo de livro intitulado Análise das estratégias de prevenção do uso recreativo de maconha no Brasil. Publicado na revista/editora Scisauade para ser utilizado uma ÚNICA VEZ como TCC pelo aluno (a) Idalina Vitória da Silva matrícula nº 20211615 de acordo com as normas de TCC aprovadas pelo Colegiado do Curso de Farmácia do Instituto de Ciências Farmacêuticas, em reunião realizada em 17/04/2023 e retificadas em 10/03/2025.

Data: 21/04/2025

Assinatura de todos os autores:

Documento assinado digitalmente
KAUANY DE QUEROZ FERNANDES
Data: 22/04/2025 11:41:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
MARIA ALINE BARROS FIDELIS DE MOURA
Data: 21/04/2025 20:14:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
LUISY MARIA SANTIAGO LESSA LUZ
Data: 22/04/2025 11:47:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
AMANDA GABRIELLY TENORIO VENANCIO
Data: 23/04/2025 18:47:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
JACIANE CELESTINO DA SILVA
Data: 24/04/2025 13:02:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
JOAO VITOR ARAUJO DO NASCIMENTO SILVA
Data: 22/04/2025 22:18:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
ANA KARLA SANTOS DA SILVA FELIPE
Data: 24/04/2025 18:04:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
IDALINA VITORIA DA SILVA
Data: 28/04/2025 22:25:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atualizações em promoção da saúde 2 [livro eletrônico] / organização Avelar Alves da Silva, Paulo Sérgio da Paz Silva Filho, Lennara Pereira Mota. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2025. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85376-61-7

1. Promoção da saúde 2. Saúde - Brasil 3. Saúde pública 4. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Silva, Avelar Alves da. II. Silva Filho, Paulo Sérgio da Paz. III. Mota, Lennara Pereira.

25-251718

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde : Promoção da saúde : Ciências médicas 613

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.20250217



978-65-85376-61-7



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

scienceesaude@hotmail.com

www.scisaude.com.br



ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL

ANALYSIS OF ACTION STRATEGIES FOR THE PREVENTION OF RECREATIONAL MARIJUANA USE IN BRAZIL

Orientador(a): Maria Aline Barros Fidelis de Moura¹, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0000-0002-8068-8946>

Autor(a): Idalina Vitória da Silva¹, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0006-4698-3139>;

Jaciane Celestino da Silva², Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0007-3091-2683>;

Luisy Maria Santiago Lessa Luz³, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0002-2531-886X>;

Kauany de Queroz Fernandes⁴, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0002-3688-6379>

Ana Karla Santos da Silva Felipe⁵, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0001-9094-7323>;

João Vitor Araujo do Nascimento Silva⁶, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0000-9373-9696>;

Amanda Gabrielly Tenório Venancio⁷, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0009-0003-0571-3210>

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a condução das políticas públicas relacionadas à prevenção do uso recreativo de maconha no Brasil, com ênfase na nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e no Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental. Para isso, foi realizada uma revisão documental de políticas públicas e iniciativas preventivas em todas as capitais brasileiras, utilizando relatórios institucionais, documentos governamentais e portais de transparência. Os resultados apontaram a existência de modelos bem estruturados de prevenção, ao mesmo tempo em que revelaram lacunas em algumas regiões, evidenciando desafios na implementação eficaz das ações. Conclui-se que estratégias preventivas integradas, baseadas em evidências e alinhadas à PNAD, são fundamentais para combater o uso recreativo de maconha no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de Saúde; Prevenção do Uso Indevido de Drogas; Saúde pública; Cannabis.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the implementation of public policies related to the prevention of recreational marijuana use in Brazil, focusing on the new National Drug Policy (PNAD) and the Institutional Program on Drug Policies, Human Rights, and Mental Health. To achieve this, a documentary review of public policies and preventive initiatives in all Brazilian capitals was conducted, using institutional reports, government documents, and transparency portals. The results indicated the existence of well-structured prevention models, while also revealing gaps in some regions, highlighting challenges in the effective implementation of actions. It is concluded that integrated preventive strategies, evidence-based and aligned with PNAD, are essential to combat recreational marijuana use in Brazil.

KEYWORDS: Public Health Policies; Prevention of Misuse of Drugs; Public health; Cannabis.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a crescente preocupação com o consumo de maconha e suas implicações para a saúde pública levou a uma revisão significativa das políticas nacionais sobre drogas. A revisão da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) em 2019 não foi apenas uma resposta ao aumento do consumo, mas também uma tentativa de alinhar as estratégias de prevenção e tratamento com as melhores práticas internacionais. Essa reformulação reflete a necessidade de uma abordagem mais integrada, que leve em conta não apenas o combate ao uso de drogas, mas também a promoção da saúde mental e o fortalecimento dos direitos humanos. A criação do Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental em 2023 é um exemplo claro dessa nova direção. O programa visa não apenas tratar os usuários de drogas, mas também promover um diálogo mais amplo com a sociedade, integrando diversas áreas do conhecimento e políticas públicas. Esse programa amplia os esforços anteriores e busca uma abordagem mais holística para enfrentar os desafios impostos pelo uso de substâncias psicoativas como a maconha, levando em consideração fatores sociais, psicológicos e econômicos que influenciam o consumo e a dependência.

O Brasil tem investido em políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas são necessárias abordagens mais humanas, intersetoriais, descentralizadas, democráticas e participativas em relação ao uso de drogas, fazendo-se necessária a implementação de políticas públicas para lidar com tal problemática. Além disso, justamente devido ao aumento do

consumo de drogas ilícitas no Brasil, existe a necessidade de ampliar as discussões sobre a prevenção do uso de drogas, envolvendo educadores, pais e comunidade em um processo estruturado que integre e comprometa instituições e setores com a responsabilidade conjunta de promover e prevenir a saúde da população, visando melhores condições de saúde. (Büchele; Coelho; Lindner, 2009). Ademais, de acordo com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), todas as iniciativas relacionadas à prevenção, tratamento, segurança, reintegração social, estudos e pesquisas devem estar alinhadas com o compromisso, cooperação e parceria entre diversos setores da sociedade, incluindo órgãos governamentais e não governamentais.

Assim, cabe aos municípios a responsabilidade de coordenar e integrar essas ações com os diferentes níveis de governo e com a sociedade civil. Portanto, este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias e a condução das ações de prevenção ao uso de maconha no Brasil, a partir de 2019, com foco na nova PNAD e no Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental de 2023. Através desta análise, espera-se identificar as melhores práticas e os desafios enfrentados na implementação dessas políticas, bem como propor recomendações para aprimorar as estratégias de prevenção ao uso de maconha no país.

O objetivo deste estudo é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira. Diante desse cenário, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão da eficácia das políticas de prevenção ao uso recreativo da maconha no Brasil, considerando as diretrizes da PNAD e do Programa Institucional de Políticas de Drogas, Direitos Humanos e Saúde Mental. Ao analisar as iniciativas inovadoras nas capitais brasileiras, este estudo pretende identificar boas práticas, apontar fragilidades e sugerir estratégias para aprimorar a prevenção do uso de drogas.

2. METODOLOGIA:

No presente estudo, uma amostra composta pelas capitais brasileiras, com foco nas ações de prevenção ao uso recreativo da maconha. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes como documentos oficiais e relatórios disponibilizados por secretarias de saúde e órgãos similares de cada capital, além de sites institucionais e portais de transparência.

A metodologia de coleta baseia-se na revisão de documentos e informações públicas disponíveis nas plataformas digitais das secretarias de saúde e órgãos relacionados, garantindo a utilização de dados acessíveis e atualizados.

Os procedimentos adotados incluíram, inicialmente, a identificação e listagem dos programas e ações externas para a prevenção do uso recreativo de maconha em cada capital. As informações coletadas incluem os objetivos de cada programa, as atividades realizadas e os recursos utilizados. Posteriormente, os dados foram organizados em uma tabela que continha as seguintes colunas: Nome da Capital, Nome do Programa/Projeto, Avaliações ou Resultados Disponíveis e Link de Referência.

Na fase de análise, as ações de prevenção foram comparadas entre as capitais para identificar padrões e diferenças importantes. Também foi realizada uma avaliação da eficácia das ações com base nos resultados e nas avaliações disponíveis, além de um exame do alinhamento dessas ações com as diretrizes e políticas previstas pela Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

3. RESULTADOS

A pesquisa revelou uma diversidade de abordagens nas ações de prevenção ao uso recreativo de maconha nas capitais brasileiras. As estratégias variam amplamente, refletindo tanto as prioridades locais quanto a integração com políticas nacionais e estaduais. A análise das iniciativas revelou exemplos notáveis de boas práticas, bem como áreas que necessitam de aprimoramento.

Segue abaixo a tabela demonstrativa sobre as políticas à prevenção ao uso recreativo da maconha em cada capital:

Ações e Programas de Prevenção ao Uso Recreativo de Maconha nas Capitais Brasileiras

--	--	--	--

Capital	Nome do Programa	Resumo sobre as Ações de Combate ao Uso da Maconha	Link de referência
Aracaju (SE)	Programa Saúde na Escola (PSE)	Prevenção de iniciação à criança, adolescentes e jovens no uso do tabaco/cigarro eletrônico. Mantendo ainda as reuniões colegiadas entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação para discussão de ações de planejamento e fortalecimento do PSE, com a temática do uso de álcool, crack e outras drogas pelo público infanto-juvenil	https://saude.se.gov.br/secretaria-de-estado-da-saude-promove-acoes-de-combate-as-drogas-e-o-alcoolismo/
Belém (PA)	Prevenção, Tratamento e Redução de Danos de Consumo de Drogas (Cenpren): Seju nas escolas	Ações de qualificação e educação referentes à conscientização, além de atividades desenvolvidas pela rede pública estadual. O projeto leva aos estudantes e responsáveis informações sobre práticas saudáveis e prevenção ao uso de drogas.	https://www.seju.pa.gov.br/node/301
Belo Horizonte (MG)	Plano Mineiro Intersetorial	O plano busca reduzir a demanda por drogas através de ações preventivas e de tratamento, integrando saúde, educação e assistência social.	https://social.mg.gov.br/images/SUPOD/Plano-Mineiro-Intersetorial-2021.pdf

Boa Vista (RR)	Coordenação da Políticas de Enfrentamento às Drogas do Estado de Roraima – CPEDRR.	Política Pública de Enfrentamento às Drogas propõe a execução de ações: de prevenção; atenção; reabilitação psicossocial; reinserção social de usuários de álcool, crack e outras drogas. Visa o desenvolvimento e fortalecimento das ações de prevenção como: Drogas Zero - prevenção em movimento e Trilhas da Prevenção - escolhas que contam.	https://setrabes.rr.gov.br/politica-publica-de-prevencao-ao-uso-de-drogas/
Brasília (DF)	Programa Acolhe DF.	Prevenção do uso indevido de drogas, atenção, acolhimento e reinserção socioeconômica de dependentes químicos de álcool e outras drogas, executado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Desenvolvido por equipe multiprofissional, composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos administrativos, ou outros profissionais, tendo como público-alvo dependentes químicos.	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/102e150b53024a65b6059fa0a617d60f/Decreto_42141_28_05_2021.html#:~:text=Art.,e%20Cidadania%20do%20Distrito%20Federal.

Campo Grande (MS)	CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS SETDIG Secretaria- MS	Compromisso e do direcionamento harmonioso e cooperativo dos diversos segmentos sociais, compreendendo todos os níveis de Governo e da sociedade civil, em consonância com a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), tendo como meta a qualidade de vida e a promoção da saúde,	https://www.cead.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/POLITICA-DE-DROGAS-CEAD-MS.pdf
Cuiabá (MT)	Mato Grosso Contra as Drogas.	Abordagem ampla de segurança e prevenção, que envolve tanto repressão ao tráfico quanto ações de conscientização. Iniciativas de conscientização como o projeto Gênesis Rap nas Escolas, têm impactado comunidades escolares e familiares em Cuiabá.	https://agenciadenoticias.ms.gov.br/mato-grosso-do-sul-realiza-26a-semana-de-politicas-de-prevencao-as-drogas/ https://matogrossomais.com.br/2024/06/26/instituto-inca-leva-palestra-show-de-combate-as-drogas-para-caceres-e-cuiaba/
Curitiba (PR)	Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas.	O Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas consolida estratégias de estímulo aos fatores de proteção, com foco	https://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/sites/depsd/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/plano_estadual_de_po

		prioritário em intervenções voltadas ao público jovem.	liticas publicas sobre drogas 2023 - 2026.pdf
Fortaleza (Ce)	Plano Estadual de Políticas Sobre Drogas.	Ações voltadas à política sobre drogas sejam realizadas contribuindo para o fortalecimento desta política pública e garantia de direitos das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.	https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2024/05/06_PLANO_ES_TADUAL_PSD_09.04.24.pdf
Florianópolis (SC)	Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa (ALESC).	Abordagem intersetorial que inclui prevenção ao uso de drogas e assistência à recuperação de dependentes. Embora Florianópolis não tenha um programa local específico voltado apenas para o combate à maconha, o estado de Santa Catarina adota uma política que envolve áreas de segurança, saúde, assistência social e educação, buscando reduzir tanto o consumo quanto o tráfico de drogas	https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia-single/prevencao-e-combate-as-drogas-em-debate-no-mes-de-junho
Goiânia (GO)	Ministério Filantrópico Terra Fértil - Casa Lar	A comunidade terapêutica é considerada pelo Governo	https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-

	Adonai. Assessoria de Políticas Sobre Drogas	Federal como modelo, pois trabalha de maneira articulada com outros serviços de redes de proteção ao adolescente, como saúde, rede socioassistencial e acompanhamento escolar.	conteudos/desenvolvimen to-social/noticias- desenvolvimento- social/comunidade- terapeutica-em-goiania-e- referencia-no- acolhimento-de- adolescentes-que- querem-se-livrar-das- drogas https://www.goiania.go.g ov.br/orgao/agencia-da- guarda-civil- metropolitana/secretario- executivo/assessoria-de- politicas-sobre-drogas-2/
João Pessoa (PB)	Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD de João Pessoa.	Órgão de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), tem por fim integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas no âmbito da redução e prevenção da demanda do uso indevido de drogas.	https://www.joaopessoa.p b.gov.br/servico/conselho -municipal-antidrogas- comad/
Macapá (AP)	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à	Desenvolvido em parceria com as polícias militares e escolas, com o objetivo de prevenir o	https://www.portal.ap.go v.br/noticia/1503/govern o-do-amapa-retoma-039-

	violência	uso de drogas e a prática da violência entre crianças e adolescentes.	proerd-pe-na-estrada-039-para-levar-prevencao-as-drogas-nas-escolas-de-todo-o-estado
Maceió (AL)	Política Estadual Antidrogas	Atividades de conscientização e programas de reabilitação para usuários de maconha; ações com o objetivo de desestimular o uso de álcool e outras drogas para toda a comunidade escolar, de forma integrada à política de educação do Estado	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=416282
Manaus (AM)	Política Sobre Drogas – GPAD. Semana Estadual de Políticas sobre Drogas no âmbito do Estado do Amazonas.	Compete articular atividades de prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, definindo estratégias e elaborando planos, programas e procedimentos na esfera de sua competência para alcançar os objetivos propostos na Política Nacional sobre Drogas.	https://www.sejusc.am.gov.br/politica-sobre-drogas/ https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2019/10/172
Natal (RN)	Plano Municipal de Políticas sobre Drogas do	Promover a redução de danos associados ao uso de drogas, prevenir o uso abusivo e	https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sem-des/COMUD/PlanoMuni

	Rio Grande do Norte	garantir que os serviços de saúde e assistência social sejam acessíveis para aqueles que necessitam de apoio. Esse plano busca implementar ações integradas que envolvem prevenção, tratamento, reintegração social e medidas de segurança, sempre com foco na saúde pública e na proteção dos direitos humanos.	cipalPPDrogas2aEdv2.pdf
Palmas (TO)	Dia de Prevenção e Combate às Drogas.	Fica instituído no calendário oficial do Estado do Tocantins o “Dia de Prevenção e Combate às Drogas”, a ser celebrado no dia 26 (vinte e seis) de junho de cada ano, data internacionalmente formalizada pela ONU como o Dia Internacional de Combate às Drogas, bem como a Campanha de Prevenção e Combate às Drogas, a ser promovida anualmente durante todo o mês de junho, com a finalidade principal de conscientizar a população acerca dos prejuízos, riscos e custos sociais representados pelo uso de drogas e outras substâncias	https://sapl.al.to.leg.br/materia/sapl/public/materialegislativa/2020/1466/pl_2020_-institui_o_dia_estadual_de_combate_as_drogas.pdf

		psicoativas lícitas e ilícitas.	
Porto Alegre (RS)	Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONED).	Órgão competente por acompanhar e atualizar a Política Estadual sobre Drogas, assim como por articular, integrar, coordenar e executar as atividades relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas. Além da atenção e reinserção social dos usuários e dependentes e de repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas.	https://justica.rs.gov.br/conselho-estadual-de-politicas-sobre-drogas-coned#:~:text=O%20Conselho%20Estadual%20de%20Pol%C3%ADticas,d%20uso%20indevido%20de%20drogas.
Porto Velho (RO)	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Conepod).	Realiza atendimento ambulatorial para usuários a partir de 17 anos completos de ambos os sexos, que necessitam de tratamento da dependência química de álcool e outras drogas psicoativas(maconha, crack, cocaína, psicotrópicos e outros). O Governo de Rondônia, por meio do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Conepod) e da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), realiza anualmente a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, com o tema “Educar é prevenir: o caminho	https://rondonia.ro.gov.br/com-o-tema-educar-e-prevenir-semana-nacional-de-politicas-sobre-drogas-e-aberta-em-porto-velho/

		para um futuro sem drogas”.	
Recife (PE)	Sistema MAIS Recife.	Tem na palavra MAIS a formação de um acróstico que destaca seus pilares de atuação, sendo M = Mobiliza, A = Acolhimento, I = Integração e S = Sistematização. Gerenciado pela Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas do Recife, o Sistema MAIS Recife se sustenta em três pilares estratégicos de prevenção, cuidado e reinserção social.	https://www2.recife.pe.gov.br/servico/sistema-mais-recife-de-politicas-sobre-drogas?op=MTQx
Rio Branco (AC)	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned).	Propor políticas estaduais sobre drogas; elaborar planos; supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas ao tráfico e uso de drogas e de substâncias que determinem dependência física ou psíquica; em concordância ao Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.	https://agencia.ac.gov.br/secretaria-de-justica-e-seguranca-publica-reativa-conselho-estadual-de-politicas-sobre-drogas/
Rio de Janeiro (RJ)	Álcool e Outras Drogas	Estratégias e programas para serem aplicados em escolas, comunidades e instituições sociais, destacando a importância da educação e da conscientização. Além disso, sugere métodos para avaliar e monitorar essas ações,	https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6552790/4176314/GuiaAD_reunido.pdf

		forneendo também recursos e materiais úteis para apoiar a implementação das estratégias de prevenção.	
Salvador (BA)	Programa Corra pro Abraço.	Através da Superintendência de Política sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (Suprad), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES),	https://corraproabraco.ba.gov.br/o-corra/
São Luís (MA)	Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.	Reafirmação e integração das políticas públicas nas intervenções sociais, para que as ações, em articulação com os movimentos sociais e por meio das Organizações da Sociedade Civil, contribuam para o enfrentamento ao uso de drogas no estado.	https://www.saude.ma.gov.br/destaques/plano-estadual-de-politicas-publicas-sobre-drogas-garante-assistencia-em-saude-a-dependentes-quimicos/#:~:text=O%20Plano%20estabelece%20como%20prioridade,uso%20de%20drogas%20no%20estado.
São Paulo (SP)	Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas no município de São Paulo.	Objetivo de executar ações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, especialmente aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social, visando à redução de danos provocados pelo consumo abusivo e assegurada a autonomia, direito à saúde,	https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17089-de-20-de-maio-de-2019

		proteção à vida e singularidade dos indivíduos. No âmbito da prevenção: desenvolver ações integradas de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, voltadas tanto à população vulnerável quanto à população geral.	
Teresina (PI)	Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer.	Execução, coordenação e o controle das ações relacionadas à redução da demanda de drogas no território do estado, de acordo com o estabelecido pela Política Estadual sobre Drogas e Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, na forma deliberada pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.	https://antigo.pi.gov.br/noticias/nova-coordenadora-de-enfrentamento-as-drogas-diz-que-gestao-sera-aberta-e-eficaz/
Vitória (ES)	Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas (REDE ABRAÇO).	Promove o bem estar e o cuidado a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas, aos seus familiares e à comunidade em geral. A organização sustenta-se em quatro eixos basilares: prevenção, tratamento, reinserção social e estudos, pesquisas e avaliações. Embora cada eixo tenha características	https://ocid.es.gov.br/programa-estadual-de-acoes-integradas-sobre-drogas#:~:text=O%20Programa%20Estadual%20de%20A%C3%A7%C3%B5es,e%20%C3%A0%20comunidade%20em%20geral.

		específicas, é de fundamental importância que suas ações se desenvolvam de maneira integrada e, muitas vezes, transversais, de maneira que um eixo complemente e fortaleça o outro.	
--	--	---	--

4. DISCUSSÃO

Algumas cidades implementaram políticas bem estruturadas e alinhadas com a PNAD, como São Paulo, Recife e Belo Horizonte. Essas capitais demonstram uma abordagem intersetorial robusta, com programas que envolvem educação, assistência social e saúde pública. Estudos indicam que essa integração entre diferentes setores potencializa os efeitos das ações preventivas e contribui para uma redução mais significativa do uso de drogas (Goulart, 2021).

Capitais com boa performance, como Belém, Florianópolis e Goiânia, apresentam iniciativas consistentes, mas ainda possuem lacunas na prevenção específica ao uso da maconha. Muitas dessas cidades adotam programas mais abrangentes sobre drogas, sem direcionamento específico para essa substância, o que pode comprometer a efetividade das ações.

Por outro lado, algumas capitais, como Aracaju, Cuiabá e Boa Vista, demonstram deficiências na implementação de programas preventivos direcionados. A ausência de financiamento adequado, dificuldades na articulação entre órgãos públicos e falta de capacitação de profissionais são fatores que impactam negativamente essas iniciativas (Carvalho, 2020). Ademais, a falta de monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas impede ajustes necessários para otimizar suas abordagens.

Outro ponto relevante é a disparidade regional na implementação das políticas de prevenção. Enquanto algumas capitais têm forte colaboração entre secretarias e órgãos públicos, outras enfrentam dificuldades na manutenção dessas ações a longo prazo. Essa

realidade reforça a necessidade de políticas mais uniformes e alinhadas nacionalmente, garantindo que boas práticas possam ser replicadas em diferentes contextos.

Dessa forma, é essencial que as ações preventivas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas. Sugere-se que futuros estudos investiguem a percepção da população sobre essas políticas e explorem maneiras de fortalecer a articulação entre os diferentes setores envolvidos na prevenção ao uso de maconha.

5. CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que algumas capitais brasileiras implementaram abordagens bem-sucedidas para prevenir o uso recreativo de maconha, enquanto outras ainda enfrentam desafios na execução de políticas eficazes. A adoção de estratégias mais direcionadas e baseadas em evidências pode contribuir significativamente para fortalecer a prevenção e mitigar impactos adversos do uso da substância no Brasil.

REFERÊNCIAS

BÜCHELE, F.; COELHO, R.; LINDNER, C. **Prevenção do uso de drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CARVALHO, P. A. **Drogas e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Universitária, 2020.

DIAS, V. P. **Abordagens interdisciplinares sobre drogas e políticas públicas**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

GOMES, F. R. **Estratégias de comunicação na prevenção do uso de drogas**. Comunicação & Saúde, v. 10, n. 1, p. 45-62, 2019.

GOULART, S. L. **Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: uma revisão de literatura**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 3, p. 1029-1041, 2021.

MENDES, J. P. **Avaliação de programas de prevenção ao uso de drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

OLIVEIRA, R. S. **A eficácia das políticas de redução de danos**. Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 47, n. 2, p. 85-99, 2021.

PACHECO, L. M. **Cannabis medicinal e saúde pública**. Jornal Brasileiro de Toxicologia, v. 30, n. 4, p. 112-127, 2018.

PBPD – PROGRAMA BRASILEIRO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS. **Guia sobre política de drogas para municípios**. Brasília: PBPD, 2020.

SOUZA, T. F. **Impacto das drogas na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sul, 2022.